

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ANA CAROLINA SILVA LIMA

A INDIGNIDADE DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

UBERLÂNDIA – MG

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ANA CAROLINA SILVA LIMA

A INDIGNIDADE DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada à Faculdade de Educação no curso de Pedagogia à distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Dr.º Robson Luiz de França

UBERLÂNDIA – MG

2021

ANA CAROLINA SILVA LIMA

A INDIGNIDADE DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada à Faculdade de Educação no curso de Pedagogia à distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Dr.º Robson Luiz de França

Uberlândia, _____ de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profº Robson Luiz de França

Profº

Profº

RESUMO

O presente trabalho dedica-se a fazer uma revisão bibliográfica a cerca da precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. As maiores dificuldades são em relação às condições materiais de estudantes de diferentes idades, muitos em condição de precariedade econômica e psíquica e em relação às condições de trabalho às quais docentes são submetidas(os) ao assumirem a responsabilidade de um modelo desconhecido de ensino. Além disso, na maioria dos trabalhos há relatos de docentes que se viram trabalhando dentro de casa, realizando atividades que antes não faziam parte de sua rotina e, além de trabalharem virtualmente, precisam prestar assistência às(aos) filhas(os) que estudam virtualmente no mesmo formato e, muitas vezes, no mesmo horário. O foco de atenção no modelo de ensino remoto tem se mostrado perturbador, pois está acentuando as desigualdades e as exclusões sociais aumentando cada vez mais. É uma lógica perversa e opressora, haja vista que a burocratização tem avolumado no cotidiano das(os) profissionais da educação.

Palavras-chaves: trabalho docente, precarização, pandemia, precarização do trabalho.

SUMÁRIO

1.MEMORIAL	6
2. INTRODUÇÃO	10
3.DESENVOLVIMENTO	12
3.1 O TRABALHO PRECÁRIO NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO.....	12
3.2 A PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

1 MEMORIAL

O presente memorial tem por objetivo descrever a minha trajetória pessoal e educacional, destacando tanto atividades que eu já desenvolvi no passado quanto as que eu realizo atualmente, bem como relatar minhas perspectivas de estudo em relação a este curso de licenciatura em Pedagogia a distância.

Nasci, cresci e vivi a maior parte da minha vida na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, na qual resido atualmente. Sempre morei perto de boa parte da minha família: avós, tios e primos. Tive uma infância completamente lúdica e recebi os mais diferentes estímulos que uma criança poderia experimentar: brincadeiras de corre-corre, pular corda e elástico, pique-pega, aprender a cozinhar e a bordar, leituras, vídeo-game, jogos de tabuleiro, brincar de escolinha. Acredito que grande parte da minha habilidade em vários segmentos eu descobri na fase adulta surgiram devido a essa rica infância.

Ingressei aos três anos de idade na educação infantil na rede privada de ensino de Uberlândia. Meu ensino fundamental e médio também foi realizado em ensino privado. Toda minha fase escolar foi bastante estimulada pela minha família e principalmente pela minha mãe, pedagoga e funcionária pública municipal à época. Dessa maneira, todas as oportunidades que poderiam ser oferecidas a mim e a minha irmã, nos foram dados por ela e por meu pai: boa escola, inglês, natação, ballet e sapateado.

Minha infância e adolescência foram com muita rotina e dedicação aos estudos e as demais atividades extracurriculares que tinha para cumprir ao longo da semana. Essa rotina se manteve por muitos anos, sempre cada ano com mais responsabilidade que no anterior. Durante todos os anos de estudo fui uma boa aluna e por isso, já no ensino médio eu comecei a dar aulas particulares para meus amigos que tinham dificuldades e com isso comecei a ganhar meu próprio dinheirinho. Com o tempo, foram surgindo novos alunos por indicação e eu me descobri uma boa professora.

Aos 17 anos, conclui o ensino médio e chegaria a hora de escolher a minha profissão. Nessa época eu tinha muita indecisão quanto ao meu futuro profissional. Porém, por ser boa aluna sempre, foi muito influenciada principalmente por professores que deveria prestar meu vestibular para medicina. Estudei bastante tempo para isso, continuei dando as aulas particulares. Teve época que eu dava até 6 horas de aula particular por dia. Empreendedora que sou montei uma mini sala de aula no escritório da casa dos meus pais e foi lá que essas aulas aconteciam com meus alunos.

Segui quatro anos conciliando o estudo para ingressar na faculdade de medicina com as aulas particulares. Porém, no fundo, eu sabia que a medicina não era o que me dava prazer. Não me via acordando todos os dias. Além disso, a escola não nos ensina a encarar um mercado de trabalho, não nos dá opções financeiramente boas que não sejam direito, engenharia ou medicina, não nos ensina a desenvolver nossas próprias habilidades, não nos ensina a viver fora do meio acadêmico. Então, depois de ouvir muita conversa a respeito da minha “loucura”, decidi abandonar aquele projeto da medicina e segui dando minhas aulas particulares que eu tanto amava. Além disso, me sentia bastante estimulada, pois, os feedbacks que recebia dos alunos eram excelentes uma vez que eu sempre recebia alunos com muita dificuldade e conseguia ensinar todos e fazer com que eles se saíssem bem em seus anos letivos.

Por mais três anos segui apenas trabalhando com as aulas particulares e como um extra na minha vida eu comecei a vender semi-jóias adquirindo elas de forma consignada com uma empresa. Nesse tempo eu fui guardando dinheiro e, em 2016, aos 26 anos eu decidi montar minha própria empresa de semi-jóias, comprando diretamente da fábrica e tendo as minhas próprias revendedoras.

Inicialmente é muito difícil começar uma empresa do zero. O investimento inicial é muito alto e o medo em relação a perder tudo o que já se conquistou também é enorme. Porém, tive muito apoio dos meus pais e da minha família e com o tempo foram surgindo clientes e revendedoras excelentes que fizeram meu negócio prosperar.

Concomitantemente a esse processo de surgimento da empresa, eu ainda conseguia dar as aulas particulares e por isso, em 2017, quando abriu o edital para ingresso do curso de pedagogia à distância da UFU eu logo decidi fazer pois esse era um curso que realmente seria a minha cara uma vez que ensinar era algo que eu sabia fazer com êxito e também por ser um curso a distância eu conseguiria conciliar com a minha rotina da empresa, das aulas particulares.

Acredito que realizando o curso de pedagogia eu consiga resgatar muito da minha trajetória pessoal, social e profissional. E, ao longo do curso almejo aprender de acordo com as teorias o trabalho docente, as estratégias de produção de aulas, de sistemas avaliativos embasados nas teorias e nos grandes nomes da pedagogia para que faça sentido com o que já tenho de experiência como professora e engrandeça ainda mais meu ser docente. Além disso, pretendo me aprofundar nas temáticas de gestão, educação financeira, empreendedorismo e atuação do pedagogo nos setores de gerenciamento a fim de aplicar esses conhecimentos em minha experiência de microempresária.

Início de 2018, já como estudante do curso de pedagogia a distância da UFU e também como microempresária eu seguia minha vida normalmente quando descobri ter um problema na coluna que deveria ser operado uma vez que estava afetando demais funções do corpo. Após a cirurgia, na reabilitação, eu me vi fazendo pilates todos os dias para alívio da dor e posterior manutenção da minha qualidade de vida pós- cirurgia. Quando me dei por conta eu estava apaixonada pelo pilates e aquilo já fazia parte da minha vida.

Assim, em 2020 eu comecei a fazer outra graduação conciliando a nova paixão: Fisioterapia na UNITRI. No mesmo ano já iniciei a realização de alguns cursos na área do pilates, resolvi montar um espaço e este foi inaugurado em novembro. Neste espaço conto com a ajuda de uma profissional que ministra as aulas e participo atualmente da administração do espaço, além de fazer meus estágios já na área. Acredito que encontrei no pilates a união de todas as minhas habilidades: a consciência corporal que sempre trabalhei desde criança fazendo ballet, o ensinar ao aluno/paciente a realizar os movimentos da maneira correta, e ajudar a cuidar da saúde do próximo que remete a antiga vontade de ter cursado medicina.

Já na empresa de semi-jóias, conto com auxílio direto da minha mãe desde o ano de 2020 quando ela se aposentou. E, se não fosse por ela, não conseguiria realizar metade das coisas que eu faço no meu dia-a-dia.

Mesmo com todas as dificuldades sócio-econômicas dos últimos anos devido a pandemia as minhas duas microempresas estão seguindo fortes no mercado e tenho estado orgulhosa de mim por ter conseguido construir tanto.

Quanto as minhas graduações, mesmo não fazendo sentido para muitas pessoas, acredito que encontrei o equilíbrio que precisava. Pretendo me especializar na área do pilates promovendo a qualidade de vida para as pessoas e tenho a bagagem que a pedagogia me ofereceu, me ensinando a ser didático, a entender o lúdico e a psicomotricidade. Além disso, em termos burocráticos, aprendi muito a respeito de gestão no curso de pedagogia, fazendo com que eu possa aplicar nas minhas duas empresas o melhor modelo de gestão.

Diante da minha história de vida apresentada neste memorial, faço uma análise de minha trajetória e percebo que a escolha por trabalhar hoje em multiáreas se dá, principalmente, por fatores econômicos uma vez que o mundo requer um alto custo para se viver bem e com qualidade de vida. Dessa forma, ao cursar a faculdade de pedagogia eu consegui realizar meu anseio formativo, mas ao longo do curso fui migrando a fim de aprofundar meu conhecimento em áreas de gestão, educação financeira e até mesmo na profissão do pedagogo aplicada ao gerenciamento de pessoas e coisas uma vez que fui enxergando com mais clareza uma realidade que já tinha certo conhecimento em relação à

área docente, a precarização do seu trabalho. Por isso, minha temática escolhida para desenvolver o trabalho de conclusão de curso irá se basear nesse grande tema, muito discutido a cerca da profissão docente: a precarização do trabalho do professor.

2 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho de conclusão de curso é realizar uma reflexão à cerca da precarização do trabalho docente, na atual realidade da pandemia do Covid-19. Com o novo formato de educação, remoto e on-line, devido ao distanciamento social, o sistema educacional apresentou algumas fragilidades, muitas novas e outras que apenas ficaram escancaradas, mas já existiam no contexto educacional. Este trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica de documentos que tratam da precarização do trabalho, desde a origem da precarização com o processo de globalização no contexto capitalista de mercado o qual influenciou a precarização do trabalho docente neste contexto de pandemia, pois, foram criadas novas formas de ensinar em virtude do caráter emergencial as quais precarizaram o trabalho dos profissionais da educação, acostumados, em sua maioria, à educação presencial, e estes se encontram forçados a se adaptarem, predominando, assim, a precarização do trabalho docente.

A precarização do trabalho refere-se ao surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho.

Com a globalização e o esgotamento do modelo de reestruturação do capital, o trabalho na sociedade capitalista foi tornando-se precário, pois, reduziu o contingente de trabalhadores no processo produtivo uma vez que com a inserção de novas tecnologias, aumentou-se a robotização e a automatização o que acarretou no aumento das taxas de desemprego.

Este novo modelo de produção burguês retira do trabalhador sua finalidade e seu produto já que este passa a ser produzido fora do sujeito, pelos defensores dos meios de produção. Além disso, reduz o trabalhador à prática de um trabalho alienante e ao mesmo tempo fundamental para sua sobrevivência.

Os modelos de gestão e controle do trabalho ao longo dos anos sofreram algumas mudanças para acompanhar a globalização. Inicialmente surge o modelo fordista-taylorista o qual promove o esmagamento do operariado ao escravizar o trabalhador pela máquina e difundir a produção em massa, a diminuição do esforço humano para se aumentar a produção, a redução de custos, a rotina e padronização das tarefas e a produção em série com a formação de estoques, características que em conjunto tornavam o trabalho especializado, repetitivo, monótono e alienado.

Esse modelo levou a produtividade a um crescimento exponencial, porém, falhou ao deixar o salário do trabalhador aquém nas proporções. Com isso, desembocou a crise de 1929 que foi solucionada com a implantação das ideias Keynesianas de intervenção estatal a fim de proporcionar políticas econômicas e sociais pra aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores, a concessão de benefícios aos trabalhadores e o pleno emprego. Essa fase se mantém até os anos 70 quando se inicia a derrocada do capital com o esgotamento desse modelo de produção, a hipertrofia do setor financeiro e a crise do modelo de bem-estar social baseado nas ideias de keynesianas.

Surge então um novo modelo de gestão, o toyotismo, o qual é focado no avanço tecnológico, descentralização da administração e da produção, divisão do trabalho em equipes, produção flexível. Esse modelo modifica substancialmente a vida do trabalhador uma vez que as formas de contratação e o controle do trabalho foram muito modificados, levando a uma enorme migração do trabalho legal e formal para a informalidade, desemprego e outras formas marginais de superação da escassez de trabalho.

No cenário brasileiro esse novo modelo de gestão começou a ocorrer nos anos 90 quando os governos neoliberais se instalaram. Esta nova conjuntura levou a um aumento das taxas de desemprego e conseqüentemente da informalidade uma vez que as pessoas necessitam de uma forma de garantir seu sustento. Com isso, os indivíduos em condições de vulnerabilidade passam a se sujeitar em situações de péssimas qualidades e condições de trabalho, baixíssimos salários e instabilidade empregatícia já que não há nenhuma cobertura de seguridade ou qualquer direito trabalhista que possam ampará-los.

Esta precarização do trabalho, portanto, tem sido percebida como uma das conseqüências mais visíveis da flexibilização do mercado de trabalho, que se preconiza com a proliferação de formas de emprego de formatos flexíveis, das novas formas de contrato e da queda da oferta de empregos permanentes. Este estudo irá apresentar os aspectos que caracterizam a precarização do trabalho e suas conseqüências para o trabalhador. Nesse cenário de transformação constante, são inúmeros os estudos que dialogam sobre os impactos das novas formas de emprego com vistas a ampliar a compreensão sobre o tema (especialmente no tocante à saúde física e psicológica do trabalhador, que subjaz às condições precarizadas de emprego), bem como contribuir para o desenvolvimento de iniciativas que visem atenuar os impactos da vivência da precarização sobre os indivíduos.

Dessa forma, a precarização do trabalho alastra-se cada vez mais, de modo que a deterioração das formas de emprego está em vias de suplantar o paradigma do emprego homogêneo e estável. Os trabalhadores transformam-se em seres descartáveis, que podem ser

substituídos a qualquer momento e sem garantia alguma de retorno quando não atendem ao ritmo do processo produtivo que lhes é exigido. "Transformam-se os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis que devem ser 'superados' e substituídos por outros novos e modernos, isto é, flexíveis" (DRUCK, 2011, p. 43).

Este trabalho foi realizado baseando-se no levantamento bibliográfico dos principais autores que escreveram a respeito do trabalho e da precarização do trabalho o contexto da acumulação de capitais que surge com a globalização. Além disso, foram pesquisados os principais autores que publicaram no contexto da pandemia e analisado seus artigos. Por fim, foi realizada uma análise documental destes artigos e criado um compilado com as principais teses abordadas por estes autores.

O objetivo geral deste trabalho é analisar ou problematizar a profissão docente tendo como base a precarização do trabalho docente que reflete em perda da qualidade da e promove processos de adoecimentos e a autculpabilização destes profissionais. São objetivos específicos: analisar teoricamente os estudos sobre precarização do trabalho docente, entender como se deu o trabalho do professor durante a crise da pandemia do Covid-19, compreender aspectos que preconizam o trabalho do professor e conhecer os aspectos que denunciam a precarização do trabalho docente.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 O TRABALHO PRECÁRIO NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

É fundamental a compreensão do sentido do termo trabalho. É por meio do trabalho que o homem garante sua sobrevivência, entretanto, não significa que ao longo do tempo as formas de trabalho não se modificaram. Ao contrário, mesmo sendo visto por muitos como meio de vida e de conquista da dignidade humana, as formas de trabalho se transformaram ao longo dos tempos. O trabalho, no contexto capitalista sofreu muitos impactos que acabaram por gerar um processo de precarização e a docência é apenas mais uma atividade que sofre as consequências por conta das grandes crises econômicas que acarretam reformas trabalhistas que geralmente promovem perda de direitos, adquiridos por meio da luta classista.

Dessa forma, a precarização do trabalho é o termo utilizado para caracterizar as novas condições estabelecidas no mundo do trabalho, sobretudo a partir da década de setenta com o avanço das políticas neoliberais. Segundo ROSENFELD (2011, p. 264), o trabalho precário é o socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro.

A compreensão dos termos trabalho e precarização do trabalho de forma ampla é imprescindível para o entendimento da precarização do trabalho docente. Por isso, esse texto inicia-se com uma revisão bibliográfica de artigos que remetem ao trabalho e sua precarização.

Em seus estudos, LEAL (2011, p.3) define o termo trabalho como “elemento central da sociabilidade humana e da sociedade capitalista”, propiciando ao homem o salto da forma meramente humana para um ser social. Ela retoma o pensamento marxista ao trazerem a definição do duplo trabalho para o filósofo utópico: concreto e abstrato. De acordo com este pensamento o trabalho concreto é a criação de valores-de-uso com a utilização da própria força física a fim de satisfazer as próprias necessidades e o trabalho abstrato é a utilização da força de trabalho para produzir valores-de-troca, que é a produção do capital em si para o acúmulo de riquezas. Dessa forma, observa-se o quão perverso são os efeitos da chamada reestruturação produtiva advinda do modelo neoliberal de política econômica. O trabalhador passa a viver em um modelo precário de trabalho em que se predomina o desemprego, os baixos salários, o aumento da pobreza e a ausência de amparo do Estado na provisão de recursos. A solução apresentada pelas autoras seria a construção de políticas públicas que assegurem os direitos dos trabalhadores, regulamentando as formas de trabalho, eliminando as suas formas precárias de existência e, ainda, criando oportunidades de trabalho dignas para a população.

Para ARAÚJO (2017, p. 5), o trabalho é definido como determinante na manutenção da saúde do trabalhador, refletindo na sua posição socioeconômica, de socialização e conectividade social e de desenvolvimento de identidade e autoestima. Segundo as autoras, por meio do trabalho o indivíduo adquire cultura e valor econômico e isso é fundamental para seu desenvolvimento enquanto pessoa e também em sociedade, lhe concedendo saúde física e mental e lhe dando identidade enquanto sujeito em determinado espaço e tempo. Porém, o trabalho pode ser prejudicial quando ele coloca o trabalhador exposto aos riscos sejam eles, físicos, químicos ou psicológicos ou ainda quando oferece salários insatisfatórios, privação material que os levam a uma posição socioeconômica desfavorecida pelo próprio sistema.

A globalização se configura como um novo estágio na dinâmica capitalista de produção e organização do mundo instaurado após a efervescência do modelo de acumulação do capital (flexibilização da economia, das leis, das relações de trabalho, das relações de sociabilidade etc.). Porém, as mudanças do processo histórico capitalista não representaram

mudanças reais do ponto de vista social, político ou econômico nas sociedades contemporâneas. Fato é que introduziram uma nova dinâmica das necessidades mercadológicas de acumulação flexível do capital as quais geraram uma liquidez dos valores políticos, jurídicos, culturais etc., das instituições e as relações sociais se moldando sob uma conjuntura moderna e globalizada.

Para ANTUNES (2008, p. 6), a precarização do trabalho tem caráter estrutural, sendo uma faceta da reestruturação produtiva e organizacional adotada por empresas que visam aumentar seus lucros, a partir do aumento de produtividade da mão-de-obra, ao passo em que se diminui a carga de direitos trabalhistas e o número de postos de trabalho para que haja mais indivíduos à procura de trabalho e dispostos a aceitar, sem contestação, condições precárias de contratação. Tal estratégia do mercado tem pontuado o cenário socioeconômico com estatísticas significativas referentes ao desemprego, uma vez que o mercado tem exigido dos empregados maior qualificação, disponibilidade e multifuncionalidade. O conceito de precarização estrutural do trabalho, defendido por Antunes, indica que o emprego precário é produto das transformações promovidas pelo modelo de acumulação flexível, e que decorre da atribuição de *status* de empregos socialmente reconhecidos a trabalhos marginalizados, desamparados quanto a benefícios de toda sorte. O emprego precarizado, por esse viés, caracteriza-se, sobretudo, pela instabilidade, desproteção legislativa e flexibilização contratual.

Por essa perspectiva, entende-se que os empregos de características precárias não são produtos de ausência de crescimento econômico. Pelo contrário, são inerentes ao próprio modelo de desenvolvimento econômico de caráter toyotista, visto que a necessidade de elevação da produtividade motivou novas práticas trabalhistas sob imposição da concorrência internacional, que passou a buscar, além de isenções fiscais, níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho (ANTUNES, 2008, p.7).

Com o desenvolvimento do capitalismo, a precarização do trabalho tornou-se fato comum no novo cenário, levando os trabalhadores a situações de vulnerabilidade social. Observa-se que aqueles que possuem menores condições financeiras e seguridade social são os que ficam mais expostos às mudanças da legislação e menos favorecidos nos diversos segmentos de vida: saúde, educação, cultura, transporte e moradia.

Esse novo modelo flexível do trabalho modificou tanto os locais de trabalho quanto a qualificação profissional. Apenas uma quantidade reduzida de funcionários bem qualificados

será mantida e possuirá uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e boas condições de trabalho. Consequentemente, com a redução da oferta de empregos estáveis, boa parte da mão de obra que excedeu o mercado formal migrou para a informalidade e passaram a viver à margem do que as normas trabalhistas preconizam como correto. Assim, segundo COSTA (2009, p. 954), os empregos precários são inerentes do próprio modelo de crescimento e não resultam da ausência de crescimento econômico.

Durante esse processo que se inicia com a expansão neoliberal ocorrem algumas tendências no processo de reestruturação produtiva. As formas de acumulação flexível de capital e o toyotismo surgem em substituição aos modelos tayloristas e fordistas de produção e esses sistemas têm como objetivo conquistar a adesão do trabalhador a fim de conseguirem êxito no projeto capitalista de mercado.

E nessa nova era, a sociedade da automação, o homem passa a ficar a serviço da máquina, no entanto ele mesmo controla várias máquinas, se tornando assim especialista por toda a vida em servir uma máquina parcial. E nesse sistema de automação, apesar da facilitação do trabalho, o trabalhador não usa as condições de trabalho, mas sim as condições usa o trabalhador.

Também, nesse novo sistema predomina-se uma produção de acordo com a demanda de mercado, bastante variada e heterogênea de forma que o trabalho seja realizado em equipe com trabalhadores cada qual com sua função a fim de se atingir um melhor aproveitamento do tempo de produção.

Esta fórmula capitalista gera graves consequências para o mundo do trabalho como: a redução do proletariado, a flexibilização dos contratos e o aumento do trabalho feminino e de crianças, ambos como forma de baratear os salários e tornar um trabalho precário e desregulamentado.

De acordo com Antunes, o novo cenário do mundo do trabalho se baseia em “uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexa, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.”.

Essas mudanças têm gerado um enorme precarização do trabalho, aumento as taxas de desemprego e uma péssima relação entre homem e natureza que na ânsia para aumentar a produção de mercadorias, destrói o meio ambiente.

A lógica do sistema de produção de mercadorias está criando uma sociedade de excluídos e precários uma vez que os modelos taylorista e fordista vêm sendo substituídos pelas formas flexíveis e desregulamentadas tais como o toyotismo e a acumulação flexível os quais prezam pela competitividade e ampla concorrência não se importando com as consequências destrutivas.

Nesse modelo de sociedade observa-se que quanto mais se avança na competitividade intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais, e esses novos paraísos da industrialização utilizam-se intensamente das formas nefastas de precarização da classe trabalhadora.

Observa-se então, duas das mais ameaçadoras ocorrências no cenário atual: a destruição da força humana de trabalho e a degradação da natureza que é consequência de toda uma lógica capitalista de produção de mercadorias. Soma-se a isso a expansão do neoliberalismo que começa a ditar ordens de como os países capitalistas devem executar o sistema. Outro ponto que vale ressaltar é o fim do bloco socialista pós anos 70 e a consequente perda dos direitos sociais e trabalhistas que ocorreu concomitantemente com esse processo

Outro fator que somado ao contexto de precarização contribui para piorar os índices já existentes é em relação a legislação social. As grandes empresas estão lutando pelo desmonte dessa legislação, pois, de acordo com eles, um trabalhador com segurança social, mercado de trabalho regulado e apoio de sindicatos, são obstáculos à competitividade. Com isso, ao flexibilizar essa legislação, as formas de precarização são cada vez mais aumentadas e acabam por destruir todos os direitos dos trabalhadores que foram conquistados com bastante luta e movimentos sociais ao longo de anos.

EUFRÁSIO (2013, p. 2) aborda o fenômeno da globalização em suas diferentes vertentes (econômica, política, social e cultural) e suas consequências para a sociedade globalizada, em que se observa crescente intensificação da fragilidade das relações humanas a partir da segregação e exclusão sociais, das garantias políticas e institucionais como a garantia à cidadania, além da substituição dos valores ético-filosóficos pelos valores mercadológicos.

Pode-se dizer que a partir dos anos 90, com a inserção da política econômica neoliberal esse modelo flexível e consequente precarização do trabalho consolidou e ampliou-se. Como houve um empobrecimento da sociedade brasileira marcado pela crise da moeda nacional, viveu-se um momento de muita insegurança, instabilidade, salários baixos e precariedade laboral ao mesmo tempo em que a legislação de proteção social também entrou

em colapso, criando uma nova classe trabalhadora muito exposta aos riscos e vulnerabilidade, desprotegida legalmente.

De acordo com algumas pesquisas feitas com trabalhadores, para eles, o emprego precarizado é aquele em que observam injustiças nas práticas de gestão, sobrecarga nos exercícios de suas atividades, falta de segurança para exercer suas tarefas, tudo isso prejudicando a saúde física e mental. Porém, é muito difícil associar as doenças à atividade laboral, pois elas assumem formas mais subjetivas de se apresentarem nos trabalhadores, ou seja, afirmar que insônia, obesidade, medo e insegurança são sintomas de trabalho precário ainda é pouco aceito como novas doenças ocupacionais.

Essa busca por maior produtividade tem levado o trabalhador a condições precárias, intensificando seu trabalho, impondo metas absurdas, estendendo a jornada de trabalho, abusando de poder e criando um ambiente de trabalho inseguro e nocivo, sem mínimas condições físicas e morais para o trabalho humano. A implementação de políticas pessoais para um melhor trabalho em equipe e uma melhor regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas garantiriam cidadania e dignidade ao trabalhador e uma diminuição da precarização do trabalho.

Essa flexibilização do trabalho caracteriza-se por uma falsa autonomia, pois ganhou adesão entre os trabalhadores devido à promessa de um controle pessoal do próprio horário de trabalho, contudo se revela como mais uma manifestação dissimulada da precarização laboral. Nesse novo sistema de flexibilização o trabalhador precisa dedicar mais tempo ao trabalho, ou trabalhar mais para aumentar os rendimentos. Outro aspecto que vem ganhando destaque neste contexto precarizado é a questão do desempenho avaliado, que não incide sobre o maquinário, mas sobre o trabalhador, em seus aspectos físicos, intelectuais e psíquicos.

A desorganização da vida pessoal e submissão aos horários flexíveis impostos ao trabalhador, revela um lado sombrio e oculto da flexibilização que é propagada como algo positivo. Mesmo muitos trabalhadores percebendo os danos, eles aceitam as condições por causa da necessidade do emprego, e o medo de perder esse sustento.

Algo destacado por DAL ROSSO (2008, p. 21) foi o custo da intensificação do trabalho: desgastes físico, intelectual e emocional. As consequências negativas são percebidas por meio do estresse e acidentes no trabalho, entre outros. O trabalhador recebe uma pressão muito grande em cima do seu psicológico, com um discurso que ele deve vestir a camisa da empresa de quiser manter-se no emprego. De modo que a busca incessante pelo aumento da produtividade, a disputa pelo mercado entre a concorrência e o acréscimo financeiro são desencadeadores da deterioração das condições de trabalho.

3.2 A PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Para TARDIF (2014, p. 16), compreender o trabalho docente se constitui como ferramenta para entender as transformações atuais da sociedade, do trabalho e da globalização. Faz-se necessário compreender que a docência é um importante meio para entender as transformações atuais, ao passo que tais mudanças no espaço social interferem nos setores econômico e tecnológico, influenciando na morfologia do trabalho docente.

Nesse contexto de mudanças no trabalho docente faz-se necessário a reflexão à cerca das transformações, adaptações necessárias e soluções emergenciais que afetam a classe docente, sobretudo no momento histórico atual, em que a educação sofre um grande impacto em razão do enfrentamento, desde março de 2020, da pandemia da COVID-19. A pandemia apresenta como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas à crise variam, mas é comum a todo estado a imprevisibilidade em relação às emergências.

A crise atual tem mostrado as várias vertentes das fragilidades dos sistemas de saúde e de educação. Viu-se que não se trata apenas de uma crise sanitária, mas de uma crise conjuntural criada pelo modelo de acumulação do capital que envolve aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. Nesse contexto, foi redesenhada a atuação do profissional docente por uma série de questões que afetam as formas de trabalho. Assim, a pandemia veio acelerar e viabilizar a utilização de novas tecnologias e da educação à distância (EaD).

Com essa nova realidade, a situação se mostrou necessária ainda que sem atender a totalidade dos alunos, além de submeter o profissional a uma adaptação forçada às ferramentas. De início, os estabelecimentos de ensino tiveram suas atividades suspensas, porém, existiu uma preocupação coletiva por parte das autoridades para que a educação não ficasse parada. Com o objetivo de manter as aulas em andamento o MEC apontou o caminho: “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação”. Vale ressaltar a diferença entre educação a distância (EaD) com atividade remota pela internet em situação de crise grave. EaD é toda uma concepção didática e de estudo e aprendizagem que envolve estrutura, conteúdos, formação e que abrange desde o desenho didático inicial adequado às características da área de conhecimento específica até as avaliações da aprendizagem discente, executada por equipe multidisciplinar treinada; já, atividade remota é fazer

alguma atividade temporária via internet, em situações precárias e emergenciais, para tentar reduzir danos da aprendizagem a partir de um sistema de ensino originalmente presencial (JUNQUEIRA, 2020, p.3).

Com a falta das aulas presenciais e a falta de acesso de todos com as novas tecnologias, ficou escancarada a desigualdade social no Brasil. Diante da realidade pandêmica, o setor educacional teve que adotar novas medidas para atender às suas necessidades, pois, as aulas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado. Diante dos fatos, foram necessários os educadores buscarem novas estratégias para atender aos estudantes em tempos pandêmicos, assim como se adaptar aos instrumentos digitais que são mais utilizados, de modo a entender os principais desafios organizacionais na construção de propostas educacionais.

Esse novo contexto de educação remota fez com que todos os professores vivenciassem uma sobrecarga e acúmulo de trabalho, além do tempo para o preparo das aulas sem recursos tecnológicos e pedagógicos para as atividades docentes. Foram utilizadas as plataformas digitais de ensino ou ambientes de aprendizagem virtuais para dar conta dessas novas propostas de ensino com o intuito de aguçar a prática docente de modo a auxiliar esses professores frente aos novos desafios impostos para o trabalho remoto na educação.

Esse uso massivo das redes sociais para o trabalho que antes era visto como forma de aproximar o convívio familiar e social tornou-se de forma imediata e autoritária num instrumento de trabalho para o docente. Outro aspecto que envolve a precarização do seu trabalho é a respeito da invasão do espaço da casa (local de descanso, lazer, relaxamento, cuidado com outros membros familiares etc.) pelas atividades de trabalho. A casa dos(as) docentes foi e é amplamente divulgada ao restante da comunidade acadêmica, os espaços e objetos individuais e personalíssimos tornaram-se públicos. Com isso, as situações antes rotineiras de uma casa se tornam públicas, como o cuidado de crianças ou a circulação de demais membros familiares, gerando uma situação de constrangimento. Para, além disso, o ensino remoto envolveu adaptações em espaços e mobílias, sem contar, que o gasto necessário para o trabalho recai nas costas dos trabalhadores, como a energia, internet, cadeira etc.

Portanto, com essa forma de ensino, fica exposto os atrasos apresentados e fortes problemas que a educação terá que responder, pois o educador e sociedade civil devem resistir juntamente contra os ataques contra a classe. Deve-se lutar de forma a resistir e não se conformar com um sistema de ensino obrigatório e não igualitário. Diante disso, deve-se exigir uma demanda de investimentos de forma considerável na Educação com preparação e uma organização minuciosa do trabalho pedagógico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse novo tempo em que vivemos uma pandemia e que nos vimos dependentes completamente dos meios digitais foi também necessária a inserção destas novas tecnologias para que essas contribuam com o processo ensino-aprendizagem. Contudo, isso demandou muito mais preparação, dedicação e tempo dos profissionais envolvidos. Dessa forma, as novas demandas e diferentes metodologias de ensino acabaram sobrecarregando o professor, exposto a maiores exigências e desafios que requerem abertura às descobertas e às novas formas de aprendizagem sem um mínimo de capacitação.

Esse processo de ressignificação do fazer docente implica em se discutir a forma como essas ferramentas tecnológicas são inseridas nas salas de aula, além da atenção no que se refere à formação e à capacitação destes profissionais no sentido de os preparar para esses novos desafios, garantindo, dessa maneira, condições dignas de trabalho e uma educação de qualidade. Dessa forma, a eficácia na utilização dessa cultura digital, perpassa pela formação destes profissionais, que na maioria das vezes, não são capazes de acompanhar essas mudanças tão rápidas, por não estarem, na maioria das vezes, plenamente capacitados para interagir com seus alunos já tão inseridos neste ambiente tecnológico. Educação à distância, ensino remoto e aprendizagem híbrida são modelos de ensino que podem vir a contribuir no ensino eficaz em um era digital, entretanto, o professor, como sujeito partícipe neste processo, precisa ser valorizado.

Com este trabalho, tivemos a pretensão de demonstrar as condições dos docentes os quais são submetidos ao assumirem a responsabilidade de um modelo desconhecido de ensino. Enxergamos reflexos inesgotáveis que remetem à perda da qualidade da educação ao passo em que precariza em ritmo desenfreado o trabalho docente, promovendo processos de adoecimentos e autculpabilização.

Este estudo nos cabe refletir na escola que encontraremos pós-pandemia, pois as ausências neste momento atual trazem à tona um caminho cheio de suor e ansiedade. Percebemos, assim, como esse cenário contribui ainda mais para promover sentimentos de culpa/ insuficiência/ frustração nos profissionais de educação uma vez que o Estado se propõe pensar na educação, porém convenientemente sustenta políticas públicas que anulam subjetividades docentes e discentes e os condiciona à lógica do mercado.

O intuito deste é apresentar como estão precárias as condições de trabalho remoto dos docentes. Essas condições estão levando-os às doenças, faltas de recursos, sofrimento

emocional, etc. Isso coloca em cheque e geram dúvidas sobre a validade deste modelo de ensino em meio a uma pandemia.

A pandemia aparece em meio à recessão econômica, ao acirramento da luta de classes, ao desemprego, à destruição ambiental, ao negacionismo. É importante lembrar que estes problemas não estão de passagem e que o contexto atual apenas intensificou o que antes já acontecia, a significativa submissão docente e sua intensa exploração de trabalho. O impacto da Covid-19 na vida de todos(as) esses(as) profissionais da educação é muito grave porque não afeta unicamente o trabalho docente em si, mas a própria condição humana: está levando à exaustão física, mental e emocional; gerando tensões contínuas em suas relações sociais; tornando inexistente a privacidade e o tempo livre que antes era dedicado ao lazer e ao entretenimento. Tudo isso vem favorecendo a permanente presença de uma deprimente apatia desta classe trabalhadora durante a pandemia, resultando em obstáculos à consciência social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000.

ARAÚJO, Marley Rosana; et al. **Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador**. Cad. psicol. soc. trab. vol.20 no.1 São Paulo jan./jun. 2017.

COSTA, Éder Dion de Paula; COSTA, José Ricardo Caetano. **A Categoria do trabalho como questão central na sociedade capitalista atual: uma análise do trabalho à luz da teoria marxista**. Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB. 2014, Paraíba.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho: a intensidade do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo : Boitempo, 2008. 206 p.

DRUCK, Graça. (2011). **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, 24 (1), 37-57.

EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. **A atual problemática do trabalho frente à globalização: desafios e impasses para a afirmação dos direitos sociais**. Revista Datavenia, Vol. 6, Nº 3 – Ed. Especial de 15 anos. Paraíba, 2013.

JUNQUEIRA, Eduardo. **Não se pode confundir educação**. Rio De Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/ejunqueira/posts/10223345672096526>. 20jan. 2021.

LEAL, Caroline Maria; et al. **O trabalho em tempos de reestruturação produtiva**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Maranhão. Agosto, 2011.

LIMA, Camilla Alves; BARROS, Edgla Maria Costa; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador**. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 102-125, 2012.
MARX, Karl. **O Capital, volume I (Os Economistas)**. São Paulo, Editor Victor Civita, 1983.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. **Trabalho decente e precarização**. Tempo Social, São Paulo, São Paulo, v. 23, n. 01, p. 247-268, jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12660>. Acesso em: 20set. 2021.

SOUSA, Adriana da Silva, et al. **Ensino em Perspectivas**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>. Acesso em: 15out. 2021.

TARDIF, M.; et al. **Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2014.